

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 20 de dezembro de 2001

Ano 3 Nº 84

Assembléia aprova Orçamento/ 2002 e inicia recesso

(foto Jonas Lemos Campos)

O encerramento das atividades plenárias do terceiro ano legislativo da 14ª Legislatura aconteceu na noite dessa terça-feira (18), quando foram votados todos os projetos de interesse do Executivo, além do Orçamento para o próximo ano.

Com o voto dos parlamentares governistas foi aprovado o Orçamento/2002 no valor de R\$ 9,343 bilhões praticamente na sua forma original. Das 900 emendas apresentadas somente uma foi acatada: a dos 23 deputados da base do governo, que foi chamada de *emendão*, no valor de R\$ 40 milhões para serem repassados aos 293 municípios catarinenses.

A proposta do Executivo que objetiva estimar a receita e fixar a despesa do Estado para o exercício de 2002 compreende o Orçamento Fiscal, referente aos poderes do Estado, no valor de R\$ 7,802 bilhões, e o Orçamento da Seguridade Social, que totaliza R\$ 1,541 bilhão.

Os governistas também derrubaram todas as 600 emendas apresentadas durante o *Orçamento Estadual Regionalizado*, colhidas diretamente junto às comunida-



Deputados na última sessão do ano

des. O líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB), disse que as emendas não foram aprovadas porque as audiências públicas regionais foram realizadas fora de prazo – afirmação contestada pelo presidente da Comissão de Finanças e relator

do Orçamento, deputado Afrânio Boppré (PT), e repudiada por todos os parlamentares de oposição.

Aprovados ainda sete projetos do Executivo que procedem alterações no Plano Plurianual.

Outros projetos aprovados

Páginas 4, 5 e 6

Calendário especial 2002 e regimento interno

Página 8

Cisão da Celesc

Motivo de muita polêmica, o Projeto de Lei nº 557/01, de origem governamental, que trata do novo modelo de gestão das Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), foi um dos últimos aprovados, com 26 votos favoráveis, 13 contra e 1 abstenção.

A matéria teve aprovada apenas uma emenda modificativa, de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB), determinando que, com a cisão da empresa, a área de geração de energia da Celesc será mantida como estatal, sob o comando do Estado.

A Celesc será agora dividida em três empresas: a Celesc SA, a Celesc Geração e a Celesc Telecomunicações. As subsidiárias integrais serão trans-

formadas em empresas autônomas, mediante à agregação de novos parceiros através de processo licitatório ou de leilão público, vedada a alienação de ativos operacionais. Fica mantida a Celesc, que, em consequência da reestruturação societária, passará a ter como objeto principal a atividade de distribuição e comercialização de energia para Santa Catarina.

Os parlamentares da oposição que votaram contra o projeto argumentaram duvidar da eficiência do novo modelo empresarial. Disseram também que temem ver a Celesc privatizada e citaram a federalização e conseqüente venda do Besc como exemplo de que não acreditam nas afirmações do governo.

OPINIÃO

Democracia representativa



A aproximação entre a Assembléia e a comunidade contribuiu para tornar 2001 um ano movimentado, marcado por inovações. Empreendemos uma administração inovadora, ágil e ampla.

Na esfera legislativa apreciamos e votamos, nas comissões e em plenário, mais de mil matérias. Produção recorde. Foram leis, decretos e emendas constitucionais. Muitos já em vigor, permitindo aos poderes executivo, legislativo, judiciário e ministério público, dentre outras entidades, a concretização das alterações encami-

nhas a Casa para apreciação, adequação – através de emendas – e votação pelos deputados.

Destacamos dois projetos de origem governamental – o programa BID IV e o Microbacias. A aprovação dessas matérias permitiu a liberação de empréstimos externos superiores a US\$ 300 milhões que serão investidos em recuperação e construção de rodovias, dentre outras obras relevantes para a produção catarinense e seu escoamento.

Aprovamos outras matérias importantes para o bem estar da população que representamos, como o projeto que reserva lugares especiais para obesos em casas de entretenimento e ônibus municipais e intermunicipais.

No segmento educacional aprovamos a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar e de Educação Profissional além da regulamentação das bolsas de estudos. Na saúde destacamos a lei que estabelece normas para a emissão de receitas médicas. Uma providência importante para evitar enganos na leitura de receitas, muitas vezes, totalmente ilegíveis causando danos imensuráveis aos pacientes. Aprovamos em plenário a permanência de enfermeiros nas emergências hospitalares, como forma de ampliar a assistência durante o atendimento emergencial. Outra lei cria o programa de incentivo à realização de mutirões para diagnóstico e prevenção de catarata.

Além das sessões ordinárias, realizamos sessões solenes e especiais de expressiva importância para a população. Dentre as solenes destacamos as que homenagearam o senador Wilson Kleinubing e Zilda Arns. Dois ilustres catarinenses que promoveram nosso estado nas áreas política e de assistência social. Nas sessões especiais citamos a que possibilitou a discussão do projeto renda-mínima e escola.

Audiências públicas

A busca da integração entre a Assembléia e a comunidade foi intensificada através das audiências públicas que levaram os parlamentares aos municípios para constatar os problemas e discutir com lideranças locais o encaminhamento de soluções. Essa interação com a comuni-

de possibilita a troca de idéias, o aprimoramento e o direcionamento da atividade parlamentar. Destacamos as audiências que permitiram a discussão sobre a necessidade de redirecionar o tratamento aos doentes mentais internados em clínicas psiquiátricas.

No campo da segurança o Poder Legislativo está contribuindo para a remodelação do sistema carcerário. As visitas dos parlamentares aos presídios do estado possibilitaram a constatação de problemas impedem a recuperação dos detentos e contribuem para acentuar os desvios de conduta. É o caso da superlotação e da ociosidade que transformam os presídios em fábricas de marginais ao invés de prepará-los para reintegração à sociedade.

Outro assunto que deslocou os deputados ao interior do estado foi o custo/preço do leite. Todas as discussões trouxeram ganhos para a comunidade, que passou a contar com representantes mais sintonizados com a realidade estadual.

Estandes

Ainda no primeiro semestre a Mesa Diretora aceitou o desafio de montar estandes em feiras municipais. Além de participar da tradicional Festa do Divino, fomos a Curitiba, Lages, Catanduvas, Treze Tílias, Joaçaba, Pinhalzinho e Ibirama. Quem visitou os estandes teve acesso a farto material de divulgação do trabalho da Assembléia. Foram distribuídos impressos e veiculados audiovisuais sobre as atividades parlamentares e os serviços oferecidos à população.

Interiorização

Consciente de que o resultado positivo que esperávamos da proposta de minimizar a distância entre o Parlamento e a sociedade passava pela descentralização dos trabalhos, arregaçamos as mangas e fomos a campo. Levamos a Assembléia a Canoinhas, Capinzal, Itajaí, Joinville, Tangará, Blumenau e Xanxerê. Fomos a Criciúma, onde em sessão especial debatemos a duplicação do trecho sul da BR-101 com lideranças locais e participamos de um movimento popular que resultou em um documento, com milhares de assinaturas, encaminhado ao DNER em Brasília.

Interação

Além de legislar e fiscalizar o parlamentar tem a missão de representar. Intermediamos questões polêmicas, como a greve do Besc, participação decisiva para a retomada das negociações.

Na última semana discutimos a derrubada dos embargos na praia do Rincão. Atendendo solicitação dos prefeitos do sul do estado, que vieram à Presidência, mobilizamos Ibama, Secretaria do Meio Ambiente e Procuradoria do Estado – que deverá encaminhar parecer nos próximos dias. Depois voltaremos a nos reunir com objetivo de chegar ao consenso.

E assim é a democracia representativa. Exercitamos diariamente nossa função de mediadores entre a população e os poderes constituídos.

Deputado Onofre Agostini (PFL)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos

Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, Neuza Cunha, com a colaboração dos assessores

de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Venci o maior desafio da minha vida, diz Onofre ao mostrar balanço da sua administração

Candidatíssimo à reeleição para deputado e com a objetividade que lhe é peculiar, o presidente da Assembléia, Onofre Agostini (PFL) fez breve balanço de sua administração, do processo legislativo, o qual considerou altamente produtivo, apesar dos tumultos que marcaram a eleição da presidência.

Para ele, “foi o maior desafio que enfrentei na vida, pois tive que ter tranquilidade para administrar o Legislativo, a oposição não me reconhecia como presidente”. Observa, entretanto, que o episódio motivou muitos debates, que resultaram positivamente, acabando por ser respeitado no cargo, que exerceu sempre na plenitude. “Inovamos, mostramos a Assembléia por dentro, as portas ficaram abertas. Hoje nenhum cidadão que nos procura, volta sem falar com o presidente”, frisa.

Sucesso

A Assembléia, segundo ele, cumpriu com a sua obrigação. “Quero fazer justiça a todos os deputados quanto à participação dos trabalhos, que traduziu-

se em aprovar quase na totalidade todas as matérias que tramitavam na Casa. Destaca como principais projetos aprovados o do BID IV e o das microbacias,

(foto Jonas Lemos Campos)



Deputado Onofre Agostini

que vão render ao Estado, no mínimo, 300 milhões de dólares, circulando no mercado.

O novo Regimento Interno, que ficou para ser votado em fevereiro, vai evitar votação de matérias inconstitucionais, vetos governamentais e modernizar e democratizar o processo legislativo, salienta Onofre.

Dificuldades

Quanto ao relacionamento com o Poder Executivo assinala que no início teve muitas dificuldades, mas que foram

vencidas, especialmente pela atuação do líder, Joares Ponticelli, que ele considera como um bom interlocutor, além do secretário Amaro, intermediando as discussões. “O governador Esperidião Amin tem seu estilo de governar, mas não tenho dificuldade nenhuma de relacionamento com ele”. Sobretudo, menciona que as dificuldades são com alguns secretários do governo, “especialmente aqueles que são candidatos, querem abraçar todas as ações e agem com autoritarismo”.

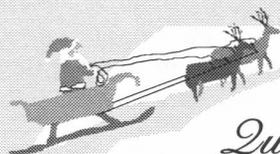
Entre os projetos para 2002, destaca a obra do anexo da Assembléia, onde terá a administração centralizada, como também dará maior estrutura física aos deputados, com salas mais amplas e melhores condições, além da construção de um auditório. Mesmo sendo período eleitoral, ele acredita que não haverá prejuízo nos trabalhos, com o calendário especial no período que dará a chance de os deputados visitarem suas bases, em campanha.

CPIs

Na avaliação de Onofre, duas CPIs mereceram destaque e cumpriram seu papel de apurar os fatos e entrega-los às autoridades competentes para as providências cabíveis. São elas, a do Besc, a qual foi presidente, e a da Sonegação Fiscal, dirigida pela deputada Ideli Salvatti (PT).

Futuro

Quanto à possibilidade de assumir o governo do Estado na campanha de Amin e Paulo Bauer, Onofre argumenta não gostar de sofrer por antecedência, embora o cargo lhe agrade, é claro. “Todo homem público deseja ser governador, além do mais é uma oportunidade para ser mais útil”, conclui Agostini.



Que o Natal seja para todos um tempo de harmonia, paz e saúde, e que em 2002 possamos continuar sendo um veículo de divulgação de novas conquistas para a sociedade catarinense.

Presidente Onofre Agostini

PLENÁRIO

Políticas compensatórias para municípios

O Programa Catarinense de Inclusão Social, destinado a elevar os níveis de desenvolvimento social e econômico dos municípios e das populações menos favorecidas do Estado, foi aprovado em matéria governamental. O programa dar-se-á através da implementação de políticas compensatórias voltadas às administrações municipais com índice de desenvolvimento social igual ou inferior a 85% do índice médio do Estado; às pessoas residentes nos municípios com índice de desenvolvimento igual ou inferior a 80% do índice médio de Santa Catarina.

Entre as políticas previstas destacam-se a redistribuição de um adicional de 10% sobre a parcela dos repasses feitos pelo Estado ao município, relacionados ao salário educação, transporte escolar e nos programas implementados pela Secretaria do Desenvolvimento Social e da Família; eliminação da contrapartida financeira em todos convênios firmados com o Estado; eliminação dos juros e redução de 50% nos encargos de atualização da moeda nos financiamentos efetuados pelo Badesc, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Municipal.

Transportes

Com o objetivo de proporcionar aos municípios recursos destinados à elaboração ou implementação de projetos que visem a melhoria das condições operacionais e de segurança dos sistemas municipais de viação, foi aprovado projeto governamental que institui o Fundo Estadual de Transportes (FET).

Os recursos também irão permitir a construção, reconstrução e manutenção de vias urbanas ou rodovias municipais e serão provenientes de dotações orçamentárias, subvenções e auxílios destinados por órgãos nacionais e internacionais.

Quitação de dívidas do Estado

O Projeto de Lei Complementar 31/01, do líder do governo, deputado Joares Ponticelli (PPB), trata de viabilizar que as dívidas do Estado com as fundações municipais de educação superior sejam quitadas mediante à transferência de bens imóveis de sua propriedade, sem prejuízo do artigo 47 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual. Este dispositivo determina que, no mínimo, 50% do montante de recursos devidos pelo Estado às fundações seja aplicado na concessão de bolsas de estudo para o pagamento de mensalidades.



Ministério Público

Aprovado Projeto de Lei Complementar nº 28/01, encaminhado pela Procuradoria da Justiça, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público.

Segundo o MP, “é mínimo o aumento no número de cargos propostos para a criação na sua estrutura – 33 efetivos e 15 comissionados, sendo a readequação dos cargos e funções já existentes um dos grandes objetivos do projeto.”

Certificado de qualidade

Substitutivo global do deputado Clésio Salvaro (PFL), ao Projeto de Lei nº 130/00 de autoria do ex-deputado Neodi Saretta (PT), dispõe sobre a certificação de qualidade, origem e identificação de produtos agrícolas e de alimentos foi aprovado. A certificação será emitida através de vários selos, sendo: Denominação de Origem Controlada (DOC); Indicação Geográfica Protegida (IGP); Produto de Agricultura Orgânica (ORG); Produto de Origem Familiar (FAM) e Certificado de Conformidade (CCO).

O projeto original definia apenas o sistema orgânico de produção agropecuária e produto da agricultura orgânica, dispondo sobre sua certificação. O substitutivo ampliou a matéria, estendendo o controle e a certificação para outros setores, entre os quais produtos de origem familiar.

Pessoal para a saúde

Aprovada a contratação de pessoal, por prazo determinado, no âmbito da Secretaria da Saúde. O projeto é governamental e serão ocupadas em caráter emergencial 149 vagas, que segundo justificativa do secretário João José Cândido objetivam estabelecer ações mais concretas para resgatar a credibilidade das unidades próprias do Sistema Único de Saúde (SUS).

Reeleição para Udesc

Aprovada a admissibilidade da emenda constitucional de autoria do deputado Ivan Ranzolin (PPB), subscrita por diversos parlamentares, que altera a redação do inciso I do artigo 169 da Constituição do Estado, determinando a eleição direta para os cargos dirigentes que poderão, nas instituições mantidas pelo Estado, ser reeleitos para um único período subsequente.

O parlamentar argumenta que a iniciativa nasceu de manifestações de diversos segmentos dos centros da Udesc, já que o estatuto da universidade é omissivo quanto à reeleição dos cargos de reitor e vice-reitor, o mesmo não acontecendo com os representantes dos conselhos Curador, Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão, e coordenador de curso, onde é permitido uma única recondução ao cargo. A reeleição por um período também é citada no regimento interno da Udesc, mas somente para diretores de centro e chefia de departamento.

O projeto voltou à Comissão de Justiça para análise do mérito, mas somente voltará a plenário no próximo ano legislativo.

PLENÁRIO

Menores portadoras de câncer terão passagens gratuitas

O projeto de lei do deputado Nelson Goetten (PPB), aprovado na última semana, garante passagem de ônibus gratuita nas linhas intermunicipais para crianças pobres portadoras de câncer. Para entrar em vigor, o projeto depende da sanção do governador, que tem prazo de 15 dias a partir do recebimento da matéria para se posicionar. A proposta beneficia as famílias de baixa renda que recebem até dois salários mínimos mensais nos gastos com o tratamento da doença junto aos centros de tratamento, como no Hospital Infantil, no Cepon e no Complexo Hospitalar Wilson Kleinubing, que está sendo construído em Florianópolis.

Muitos desses pequenos pacientes moram no interior e os pais têm uma grande dificuldade de conduzir seus fi-

lhos à Capital para os tratamentos intensivos. Os efeitos do tratamento à base de quimioterapia ou radioterapia exigem rigor no agendamento das aplicações, não podendo haver falhas nos dias programados. Os custos são altos em medicamentos, alimentação, hospedagem e transporte. Goetten comemorou a aprovação em plenário, em dois turnos, do projeto.

“As famílias que enfrentam esta terrível doença sabem o quanto é dolorido não



ter dinheiro para custear os gastos com o tratamento. Pelo menos agora o transporte está garantido, evitando o pesadelo dos pais de não contar com o dinheiro para a passagem”.

Os beneficiados com a passagem gratuita devem ter idade máxima de 14 anos. O setor de Oncologia do Hospital Infantil Joana de Gusmão realiza cerca de 20 consultas por dia com crianças com câncer vindas do interior, a maior parte oriundas de famílias carentes.

Gratificações para o Executivo

Todos os servidores da Secretaria da Administração serão beneficiados pelo Projeto de Lei Complementar nº 32/01, que incorpora a gratificação complementar de vencimento de 90%, e a gratificação de produtividade de 120% sobre os valores decorrentes do exercício do cargo em comissão pelo exercício de função de confiança e para os servidores beneficiários da vantagem prevista na Lei Complementar 083/93. Também extingue a gratificação de responsabilidade técnica, transformando-a em vantagem pessoal nos valores percebidos no último mês de novembro. E regulamenta a gratificação de produtividade prevista na Lei nº 9.751/94 para servidores dessa pasta. O objetivo, segundo o Executivo, é regularizar e corrigir eventuais distorções salariais.

Programa de sustentação à ciência e à tecnologia

É do governo o Projeto de Lei nº 566/01, aprovado e que institui o Programa Catarinense de Desenvolvimento Sustentável de Base Científica e Tecnológica, com o objetivo de estabelecer diretrizes e estimular o desenvolvimento científico e tecnológico das instituições públicas e privadas do Estado.

O programa deverá ser desenvolvido através de Centros de Geração de Conhecimento, Instituições de Base Tecnológica, Laboratórios de Pes-

quisa e Prestação de Serviços, Estruturas Empresariais Inteligentes e Incubadoras de Empreendimentos de Base Científica e/ou Tecnológica. As ações de fomento a serem implementadas anualmente serão definidas no plano de ação elaborado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (Funcitec), apreciado pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e encaminhado à Assembléia, como anexo do Projeto de Lei do Orçamento Anual.

Alteração no Fundec

Aprovado Projeto de Lei nº 417/01, de origem governamental, altera o dispositivo primeiro do artigo 18 da Lei nº 10.925, de 22 de setembro de 1998. Na redação atual está previsto que as receitas do Fundo Estadual de Defesa Civil (Fundec), provenientes dos repasses de 2% dos valores arrecadados com taxas e prática dos atos da Segurança Pública e da Polícia Militar, além dos recursos das doações incentivadas, legados e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, serão aplicados no equipamento ou reequipamento de cada uni-

dade do Corpo de Bombeiros Militar e Voluntário, na proporção de 50% para cada um.

Com a nova redação o percentual passa a ser de 30%. A justificativa do governo é que além da diferenciação no nível de risco e de ameaça, no grau de preparação, na capacidade de enfrentamento e no poder de recuperação das comunidades, também há municípios onde as comissões municipais estão melhor equipadas e estruturadas. O Executivo alega que dentre os Corpos de Bombeiros também há desigualdade de recursos humanos, materiais e financeiros.

Governador viajará aos países árabes

Através de mensagem enviada pelo Executivo, os deputados concederam licença ao governador Esperidião Amin para ausentar-se do país, entre os dias 18 de janeiro e 1º de fevereiro de 2002, com destino aos países árabes

para participar da 4ª Missão Comercial para o Golfo Árabe, com grande potencial de consumo e que responde pela metade das importações do mundo árabe. A viagem inclui Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kuwait.

PLENÁRIO

Proibida venda de bebidas alcóolicas a menores

Estabelecimentos comerciais que venderem ou servirem bebidas alcóolicas a menores de 18 anos de idade serão punidos. Advertência e multa de 200 UFIRs estão previstos na primeira notificação, conforme prevê projeto de lei, aprovado, de autoria do deputado Jaime Duarte, líder do PPS. O valor da multa será revertido da seguinte forma: 75% em benefício do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente e 25% para o Fundo Estadual da Segurança Pública. A atuação será processada por

agentes da Polícia Civil, por meio de ação de rotina e obri-



Deputado Jaime Duarte

gatoriamente por denúncia. As sanções não prejudicarão a aplicação de outras penalidades, previstas na Lei Federal nº 8.069.

Segundo Duarte, a idéia do projeto originou-se em meio a um debate com várias instituições e entidades que atuam na área de proteção à criança e ao adolescente. “Conclui-se, de maneira consensual, a necessidade de tentar estabelecer medidas punitivas, de caráter administrativo, que inibam a venda de bebidas alcóolicas aos menores”, adverte o parlamentar.

Processo legislativo – Foi também aprovado de Duarte o Projeto de Lei Complemen-

tar nº 22/01 que determina que a iniciativa popular será tomada por, no mínimo, 1% do eleitorado que tenha votado nas últimas eleições gerais do Estado, distribuídos por pelo menos 20 municípios, com não menos de 1% dos eleitores de cada um deles. Nenhuma proposição será rejeitada por vício de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, cabendo à comissão técnica da Assembléia a correção dos vícios formais para regular tramitação. Ele argumenta que o projeto regulará a iniciativa popular no processo legislativo prevista no parágrafo 1º do artigo 50 da Constituição Estadual, sendo, como o plebiscito e o referendo, meios de melhorar os mecanismos democráticos.

Certidão negativa de débito tem prazo de validade

As certidões negativas de débito emitidas pelos órgãos estaduais da administração direta, indireta, autárquica, fundacional, de empresas públicas, ou de economia mista do Estado terão prazo de validade mínimo de 90 dias, contados da data da respectiva expedição.

Assim propuseram os deputados Ivan Razonlin, Reno Caramori, Altair Guidi e Nelson Goetten, do PPB, em projeto de lei. Segundo os parlamentares, os integrantes da Assembléia têm sido alvos de constantes reclamações originadas dos contribuintes estaduais, de natureza física e jurídica, de ordem privada ou pública, dando conta da prática de expedição de certidões negativas de débito, emitidas pelos órgãos estaduais com exíguo tempo de validade, com duras críticas principalmente das administrações municipais.

Tutores terão hora extra sem limites

Projeto de Lei Complementar nº 33, de origem governamental, acrescenta parágrafo 4º ao art. 23, da Lei nº 6.745/85, cuja matéria passa a conceder horas extras, sem limite, aos tutores responsáveis pelo curso de formação a distância para gestores escolares, promovido pela Secretaria da Educação. As despesas decorrentes desse projeto de lei complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Estado.

A solicitação, segundo o secretário da Administração,

Celestino Secco, visa atender compromisso assumido de pagar mensalmente R\$ 500 aos tutores no período de julho a dezembro deste ano, bem como permitir o pagamento para os próximos anos para garantir o cumprimento do calendário estabelecido, pois está previsto para 2002 a complementação em pós-graduação, por intermédio da Udesc, para os cursistas que atenderem aos critérios estabelecidos. Além do mais muitos tutores já ultrapassaram o limite de horas definidas em lei, de 120 horas no semestre.

Aprovadas 53 novas varas em SC

Aprovado projeto encaminhado pelo Judiciário criando 53 novas varas na estrutura da Justiça de primeiro grau no Estado. A matéria deu entrada na Assembléia no início de novembro e foi debatida nas comissões técnicas com a presença de desembargadores. Segundo eles, o projeto é de vital importância para a agilização dos serviços daquele poder.

Prorrogação do FRJ – Os deputados ainda aprovaram outra matéria enviada pelo TJ e que trata da prorrogação do Fundo de Reparamento da Justiça (FRJ) por mais dois anos. Os desembargadores argumentam que o FRJ possibilitou o reequipamento das instalações físicas e de informática do Judiciário, viabilizando também a construção de novos fóruns no Estado. O sistema de informática evitou o caos na Justiça em Santa Catarina, pois a crescente consciência dos direitos da cidadania, advindos da Constituição Federal de 1988, fizeram aumentar significativamente o número de ações ajuizadas no Estado.

Aposentados - Ainda aprovado projeto de lei complementar integrando gratificação aos proventos de aposentadoria aos servidores daquele poder. Na justificativa apresentada à Assembléia, o TJ explica que as gratificações foram concedidas pela Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e sua perda desestabilizaria financeiramente os servidores que, salvo raras exceções, já percebem reduzidos vencimentos. A proposta não trará aumento de despesa, pois estes valores já vem sendo pagos há pelo menos 10 anos e correm por conta do orçamento do Poder Judiciário.

Praias catarinenses

o governador e o secretário do Meio Ambiente e Fatma, a deputada Ideli Salvatti (PT) está solicitando que seja divulgado em locais de ampla visibilidade as condições de balneabilidade das praias do litoral catarinense. "Os resultados do monitoramento da água realizado em nossas praias devem ser de conhecimento da população local e dos turistas que nos visitam. A ausência de placas indicativas

dos índices de poluição da água, sobretudo em pontos críticos, expõe os banhistas a riscos que poderiam ser evitados", disse Ideli.

A deputada alerta que "a preservação da saúde das pessoas que frequentam as praias deve receber atenção prioritária das autoridades responsáveis. A poluição da água do mar e dos rios deve ser combatida e o direito à informação sobre os riscos à saúde deve ser respeitado".

Crédito para carne bovina

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça (PMDB) apela ao ministro da Agricultura e ao governador para que seja criado um programa institucional, visando a destinação de linha de crédito para incentivar o aumento do potencial produtivo de carne bovina em Santa Catarina, com melhoramento genético e das pastagens e estímulo à terminação de bovinos de corte.

Destaca que "o Estado de Santa Catarina é um importador de carne bovina de outros estados e do Mercosul, sendo que a produção interna no ano de 2000 representou 120 mil toneladas. Como o consumo no período foi de 165 mil toneladas, gerou-se um déficit de 45 mil toneladas".

Mudança no curso de rio

O deputado Altair Guidi (PPB) solicita ao governador a transposição do rio Mãe Luzia, abrangendo os municípios de Treviso, Siderrópolis, Nova Veneza e Criciúma.

Segundo ele, a obra é de grande importância para o abastecimento de água de toda a região carbonífera do Estado. A Casan já adquiriu ao custo de R\$ 4,5 milhões todos os tubos necessários para

a realização da obra, sendo que, para sua conclusão, é necessário apenas mais R\$ 1,5 milhão.

Desta forma a Casan poderá reduzir o gasto mensal de aproximadamente R\$ 80 mil, provenientes da economia de energia elétrica, pois a água será levada até a estação de tratamento, pela força da gravidade, ao contrário do que está acontecendo, onde a água precisa ser bombeada.

Hospital de Custódia

Uma vistoria no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico da Penitenciária de Florianópolis, para verificar a situação relatada pela CPE sobre a *Saúde Mental em Santa Catarina* e proceder os encaminhamentos necessários à solução dos problemas apontados, foi requerida pelo deputado Volnei Morastoni (PT) ao ministro e ao secretário dos direitos Humanos do Ministério da Justiça.

Morastoni anexou vários documentos, entre eles o relatório de vistoria realizada em 2000 pela OAB, Conselho Regional de Psicologia e outras entidades no manicômio judiciário e relatório dos trabalhos da CPE sobre o caso.

Proposições

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao governador solicitando a aquisição de uma balsa para travessia do rio Iguçu, ligação entre Irineópolis e o município paranaense de Paula Freitas.

Deputado Volnei Morastoni (PT) ao presidente do Tribunal de Contas requerendo auditoria especial, em regime de urgência, para analisar o contrato e execução da obra do Hospital Infantil de Joinville.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à Tim Celular pedindo a implantação do serviço de telefonia para Presidente Getúlio.

Deputado Julio Garcia (PFL) à Secretaria da Família solicitando a instalação de uma unidade do Sine em Cocal do Sul.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao superintendente da Telesc solicitando a remessa das faturas com mais antecedência da data de vencimento.

Deputado Valmir Comin (PPB) à secretária da Educação solicitando a construção de uma quadra esportiva coberta na Escola de Educação Básica Natálio Vassoler, em Forquilha.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao presidente do TC requerendo auditoria no concurso público efetuado pela Prefeitura de São Bonifácio, do último dia 16, face denúncias de irregularidades.

Deputado Manoel Mota (PMDB) à Telesc Brasil Telecom solicitando a instalação de um telefone público, junto ao Bar do Tio Zico, na comunidade de Urussanguinha, em Timbé do Sul.

Deputado Clésio Salvaro (PFL) ao presidente do Tribunal de Justiça pedindo a instalação de um Cartório de Registro Civil, Títulos, Documentos no bairro Próspera, em Criciúma.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao ministro dos Transportes solicitando a implantação de túneis e da via paralela à rodovia BR-280 em Jaraguá do Sul, no trecho do Posto Marcolla/Estrada Nova

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário da Saúde solicitando recursos financeiros para a aquisição de equipamentos para o Hospital São Lucas, de Major Vieira.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) à direção da Telesc Brasil Telecom requerendo telefonia para as comunidades de Itaió, Sertão e São José, em Santa Terezinha.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao diretor regional dos Correios requerendo uma agência dos Correios na localidade de Ibiraquera, em Imbituba.

Deputado Afrânio Boppré (PT) ao presidente da Celesc indagando sobre os gastos daquela empresa com propaganda de janeiro de 1999 até novembro do corrente ano e ao presidente do TC para que determine a realização de auditoria nas referidas contas.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao presidente do Tribunal de Justiça solicitando a aquisição de veículos equipados para a prestação de atendimento odontológico aos servidores do Judiciário nas comarcas.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador solicitando a continuação do asfaltamento da SC-423 (rua Bruno Pieczarka), em Santa Terezinha.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao governador pedindo a construção de um ginásio de esportes em Bela Vista do Toldo.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) à Tim Telesc Celular requerendo que a comunicação da telefonia celular sinal seja ampliada para Canoinhas, Major Vieira, Irineópolis e Bela Vista do Toldo.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao secretário dos Transportes solicitando a estadualização da estrada geral de Ibiraquera, no trecho da BR-101 ao salão da igreja da comunidade, em Imbituba.

Deputado Volnei Morastoni (PT) ao governador pedindo a compra de uma viatura para a Delegacia de Polícia de Navegantes.

GERAL

Comissão representativa

Após o final da última sessão e antes de dar por encerrado o ano legislativo, o presidente Agostini comunicou que os parlamentares que compõem a Mesa Diretora, além dos líderes das bancadas, irão integrar a Comissão Representativa que durante o período do recesso tomará as providências que forem necessárias. São eles: Onofre Agostini (PFL), Gilmar Knaesel (PPB), Sandro Tarzan (PPB), Manoel Mota (PMDB), Francisco de Assis (PT), Odete de Jesus (PL), Ivo Konell (PMDB), Joares Ponticelli (PPB), João Henrique Blasi (PMDB), Julio Garcia (PFL), Ideli Salvatti (PT), Jorginho Mello (PSDB), Jaime Mantelli (PDT), João Rosa (PTB) e Jaime Duarte (PPS). Os trabalhos normais da AL serão retomados somente em 15 de fevereiro de 2002.

Alesc terá calendário especial em 2002

Como sempre acontece em ano eleitoral, a Assembléia realiza um calendário especial, em caráter temporário, respeitando o número de sessões que ocorrem em outros períodos, com término na primeira quinzena de setembro, para que os deputados possam se dirigir às suas bases, em campanha. Para que essas alterações sejam legais foi aprovado projeto de resolução de procedência da Mesa. O período especial vai de abril a setembro, nos outros meses, ou seja: março, outubro, novembro e dezembro os trabalhos serão efetuados de forma normal.

Segundo o calendário especial, no mês de abril haverá sessões nas terças

e quartas-feiras, divididas em dois turnos, matutino e vespertino. Já nas quintas-feiras haverá sessões apenas na parte da manhã. Nos meses de maio e junho, as sessões se restringem às terças e quartas-feiras, também em dois turnos. Já nos meses de agosto e setembro serão realizados trabalhos legislativos dias 6 e 7 (agosto) e 3 e 4 (setembro), também em sessão dupla. Assim, um mês compensará outro, chegando ao mesmo número de sessões, no total, que foi feito em 2001. No período de abril a setembro deste ano foram promovidas 62 sessões, número igual ao que se processará no calendário especial, do mesmo período.

Novo Regimento Interno será votado no próximo ano

Mudanças profundas, visando especialmente a modernização e maior funcionalidade do Legislativo, tornando-o mais democratizado, estão sendo propostas no texto da reforma do Regimento Interno da Assembléia. O projeto será apreciado somente em fevereiro próximo.

O presidente da Comissão Especial que elaborou a proposta, deputado Jaime Mantelli (PDT), se diz satisfeito porque o texto teve participação de todos os parlamentares. Das 55 emendas à proposta original, mais de 58% foram aproveitadas. "Todas de excelente conteúdo, que muito contribuíram para o aperfeiçoamento da matéria", observa.

Comissões

As alterações nas comissões mereceram destaque no novo texto regimental. A apreciação das proposições terá início pelo exame de seu interesse público e, somente após, será efetuada a análise de sua constitucionalidade, invertendo o rito até agora praticado.

Desta forma a matéria será debatida nas comissões de acordo com o assunto e, só após corrigidos os vícios de forma e competência, irão para a Comissão de Constituição e Justiça, que poderá ainda propor alterações na formulação da matéria, de modo a garantir exequibilidade de seu objeto, explica Mantelli.

Entre as novidades estão ainda a criação



Deputado Jaime Mantelli

da Comissão de Segurança Pública, de sub-comissões; da transformação da Comissão do Mercosul, dando a ela caráter permanente e a extinção da Comissão de Fiscalização. A Comissão de Turismo de Economia, no novo regimento será transformada em Comissão de Desenvolvimento Econômico e tem por objetivo abranger os vários setores da atividade econômica.

Segundo a proposta, na reformulação da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, agora denominada Comissões de Direitos e Garantias Fundamentais, foram englobados todos os direitos garantidos pela Constituição.

Sessões plenárias e ética parlamentar

As principais alterações para o funcionamento das sessões plenárias referem-se, especialmente, a prazos. Para privilegiar a homogeneidade no uso da palavra em breves comunicações, excluído o horário dos partidos, onde existe proporção, ficou estabelecida uma lista única de inscrição, ordenada de modo a assegurar preferência a quem menos tenha usado a tribuna nas últimas sessões. A presença do deputado em plenário passa a ser registrada em ata, por meio de chamada nominal, inadmitida qualquer outra forma de registro, dentre outras mudanças.

O regime de urgência passa a ser exclusivo para casos que tenham guarida constitucional e que sejam encaminhados pelo governador. Por sua vez, as matérias que a Assembléia entender que mereçam ser tratadas em regime extraordinário de tramitação assumem a denominação de "regime de prioridade". O pedido de destaque nas votações foi substituído pelo pedido de votação em separado. Também foram definidas regras para a tramitação de medidas provisórias.

Inseridas no novo texto as disposições sobre ética e decoreto parlamentar, em simetria com as normas aprovadas na Câmara dos Deputados, com pequenas inovações.